

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE PONTE PRETA.
ELEIÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PONTE
PRETA - EDITAL 001/2023**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PONTE PRETA/RS torna público que estarão abertas, no período de 10 de abril até 10 de maio de 2023, em horário de expediente, as inscrições para participação no processo de escolha dos conselheiros tutelares do Município de Ponte Preta/RS, cujo pleito ocorrerá em 01 de outubro de 2023.

1 - DAS NORMAS

As inscrições, e todo o presente pleito, processar-se-ão em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), Resolução 170 e 231 do CONANDA e Lei Municipal nº 636/2005, e alterações e Resolução 001/2023 do COMDICAPP.

2 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das etapas do processo de escolha dos conselheiros tutelares, titulares e suplentes, dar-se-á através de publicação de Editais no Mural Público da Prefeitura e site oficial.

3 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR E DAS CARACTERÍSTICAS DO CARGO DE CONSELHEIRO

3.1 - Atribuições:

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Nos termos do art. 136 do Estatuto da Criança e

do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), são atribuições do conselheiro tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;



VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.”

3.2 - Condições de trabalho:

O exercício do cargo de Conselheiro Tutelar se dará mediante o cumprimento de uma carga horária semanal mínima de 08h semanais, com cumprimento de expediente junto a sede do Conselho Tutelar, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão, exigindo ainda a participação em cursos de treinamento e qualificação. O exercício da função de membro do Conselho Tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município. O membro do Conselho Tutelar, no regular exercício de suas atribuições, faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor mensal de R\$:1.268,35 conforme disposto na legislação local.

3.3 - Número de conselheiros tutelares:

O Conselho Tutelar funcionará com 05 (cinco) membros, conselheiro tutelares titulares. Do processo haverá também a escolha dos conselheiros tutelares suplentes.

4 - DA INSCRIÇÃO

4.1 - Requisitos:

Para inscrever-se no processo de escolha de Conselheiro Tutelar, o habilitante deverá atender as seguintes condições:

- I. Ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de antecedentes “nada consta” fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;
- II. Ter idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;
- III. Residir no município há pelo menos 02 anos, comprovado por meio da apresentação de conta de água, luz ou telefone fixo ou título de eleitor;
- IV. Comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino médio até o dia da posse;
- V. Estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;
- VI. Apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);
- VII. Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato.
- VIII. Comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em declaração firmada pelo candidato, em que conste a atividade desenvolvida.

B

IX. Não exercer cargo de confiança ou eletivo no executivo ou legislativo, observando o que determina o Art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal;

X. Disponibilidade para o exercício das funções de conselheiro, dispondo-se ainda a atuar em plantões noturnos, finais de semana e nos feriados, bem como nas situações de emergência que vierem ocorrer.

XI. Participar em curso preparatório da área da infância e adolescência, coordenado pelo Comdicapp.

4.2. Documentação para a inscrição.

No ato de inscrição o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

a) Preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;

b) Apresentar original ou fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;

c) Apresentar os documentos exigidos no item 4.1 deste Edital;

d) Em relação ao item 4.1, número I, a critério da Comissão Especial Eleitoral, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local;

A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

4.3. É inelegível e está impedido de se inscrever no processo de escolha unificado, além daquelas constantes da Resolução CONANDA 170 e 231 as eventualmente constantes de legislação municipal.

4.4 - Outros Requisitos:

I - A função de Conselheiro Tutelar será de dedicação exclusiva, ou seja, não poderá exercer outra função ou atividade, pública ou privada, que possa interferir sua jornada de trabalho.

4.4 - Procedimentos relativos à inscrição no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares:

4.4.1 As inscrições serão realizadas junto ao CRAS, devendo ser preenchido o Formulário de Inscrição, no período de 10/04/2023 à 10/05/2023 observado o horário de Brasília.

4.4.2 - São de exclusiva responsabilidade do habilitante as informações dos dados cadastrais no ato de inscrição.

4.4.3- A Administração Municipal não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivo de falhas de comunicação, falta de documentos

4.5. - Os documentos referidos no subitem 4.1 deverão ser entregues no ato da inscrição.

4.5.1 - O habilitante não deverá enviar cópia de nenhum documento por meio eletrônico ou fax;

4.5.2.- A entrega dos documentos deverá ser feita pessoalmente ou por procurador habilitado.

4.6 - Da homologação das inscrições.

4.6.1 - Após o encerramento do período de inscrições e entrega dos documentos comprobatórios dos requisitos, será divulgado Edital contendo a listagem das inscrições

homologadas. As inscrições não homologadas serão publicadas no Edital com a respectiva fundamentação.

4.6.2 - O candidato somente estará apto à prosseguir no certame após a homologação de sua inscrição.

4.7 - Do recurso da não homologação das inscrições:

4.7.1 - Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital, mediante requerimento dirigido ao Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, em horário de expediente, no endereço Rua Fidelio Berto, nº 219, Centro, Ponte Preta/RS, contendo as razões de recurso.

4.7.2.- Será indeferido o recurso apresentado fora do prazo previsto neste edital.

4.8. Da Prova Escrita:

4.8.1. Da elaboração e aplicação das provas:

4.8.2. Os candidatos com a candidatura devidamente registrada/homologada listados no Edital, submeter-se-ão a prova escrita, de caráter eliminatório, a ser aplicada em data e local a ser definido em Edital próprio.

4.8.3. A prova será objetiva com questões de múltipla escolha, envolvendo matéria ligada ao desempenho da função de Conselheiro Tutelar, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício.

4.8.4. O conteúdo programático, forma de avaliação, aplicação, obrigações do candidato, correção, recursos e resultado final estará relacionado em Edital específico.

4.8.5. Somente serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, cinquenta por cento da pontuação aferida à prova, sendo os demais excluídos do processo.

5 - DA CAMPANHA ELEITORAL

a) A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicado o edital com a lista das candidaturas/inscrições homologadas.

b) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos.

b) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular.

c) As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar

d) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

e) Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo 50% candidatos e serão supervisionados pelo Conselho COMDICAPP.

f) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas.

g) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste Edital aos organizadores.

h) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este Edital.

i) Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus apoiadores.

j) A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

l) A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

m) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

n) A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

II- por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;

III- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.

5.1. DAS PROIBIÇÕES:

a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

b) É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

b.1) entidade ou governo estrangeiro;

b.2) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

b.3) concessionário ou permissionário de serviço público;

b.4) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

b.5) entidade de utilidade pública;

b.6) entidade de classe ou sindical;

b.7) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;

b.8) entidades beneficentes e religiosas;

b.9) entidades esportivas;

b.10) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;

b.11) organizações da sociedade civil de interesse público.

c) É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados, etc) ao candidato;

d) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

e) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação do edital de homologação das inscrições/candidaturas.

f) É vedado ao membro do Conselho Tutelar em atividade promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;

g) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;

h) É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo Poder Público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;

i) Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

j) É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas;

l) Aplica-se, o que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), Resolução 170 e 231 do CONANDA e legislação municipal.

5.2. DAS PENALIDADES:

O candidato que não observar os termos deste Edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Especial Eleitoral.

6 – DAS ELEIÇÕES

6.1 - Considerar-se-á apto a submeter-se ao processo de eleição, somente os habilitantes que tiverem suas inscrições homologadas.

6.2 - O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado no dia 1º de outubro de 2023, no horário compreendido entre 8 (oito) horas e 17 (dezesete) horas, mediante convocação por edital da Comissão Eleitoral, designando o local das eleições.

6.3 - Somente poderão votar eleitores do município que possuírem mais de 16 anos de idade e estejam com a situação regular no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

6.4 – O voto será universal, secreto e facultativo, sendo que o eleitor poderá votar em um único candidato.

6.5 - Cada candidato poderá credenciar, no máximo, um (01) fiscal para eleição e apuração, e este será identificado por crachá, fornecido pelo Conselho COMDICAPP.

6.6 - No dia da eleição, não será permitido propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

6.6.1 - Em caso de descumprimento às normas indicadas nesse subitem, a candidatura será cassada e os votos não serão computados por ocasião da apuração.

6.7 - Não será permitida a presença dos candidatos junto à Mesa de Apuração.

6.8 - A apuração dos votos dar-se-á após o horário de encerramento das eleições.

6.9 - Será impugnada a candidatura, quando for constatada campanha não individual, configuração de chapa, explicitada, dentre outros, por material gráfico, meio eletrônico, redes sociais, gravação vocal ou em vídeo, jingles, entrevistas ou apresentações públicas e artigos pessoais ou em associações de dois ou mais candidatos.

6.10 - Será também impugnada a candidatura no caso de infração prevista no § 3º da lei 8069/90: “No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.”

6.11. As denúncias de irregularidades devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual, Conselho COMDICAPP e Comissão Eleitoral.

6.12. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado, notadamente na Resolução TRE-RS nº 405/2023.

- 6.13. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar.
- 6.14. Será utilizado no processo o voto com cédula ou eletrônico.
- 6.15. Será considerado inválido o voto:
- a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
 - b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
 - c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
 - d) em branco;
 - e) que tiver o sigilo violado.
- 6.16. As mesas de votação e escrutínio serão compostas por dois membros do conselho e dois servidores municipais, devidamente cadastrados.
- 6.17. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.
- 6.18. Compete à cada mesa de votação:
- a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
 - b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
 - c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
 - d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Especial Eleitoral.
- 6.19. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, e, em seguida, encaminhá-la, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Especial Eleitoral.
- 6.20. A Comissão Especial Eleitoral, de posse de todas as atas de votação e apuração fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.
- 6.21. O resultado final da eleição será publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal.
- 6.22. Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como membros do Conselho Tutelar titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.
- 6.23. A Comissão Especial Eleitoral é composta, nos termos da Resolução nº. 01/2023 do COMDICAPP, por integrantes do referido Conselho, representantes da Administração e das entidades da sociedade civil, sendo eles:

Amanda Lucilia Barbosa - Representante da Sec. Assistência Social
Maiara Fatima Fassicollo - Representante da Sec. Assistência Social
Tiago Peixoto de Oliveira - Representante da Sec. de Educação
Julciano Zanchet - Representante da Sociedade Civil
Elizelton Bieniek - Representante da Sociedade Civil
Gedson Senhori - Representante da Sociedade Civil

- 6.24. A Comissão Especial Eleitoral tem como Presidente Amanda Lucilia Barbosa.

7. DOS IMPEDIMENTOS:

7.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

7.2. Estende-se o impedimento do membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

7.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

8 - DA POSSE

8.1 - Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos e respectivos votos.

8.2 - Considerar-se-ão eleitos os 05 (cinco) candidatos que obtiverem a maior votação, sendo havido como suplentes os 10 (dez) candidatos subsequentes, observada a ordem resultante da eleição.

8.3 - Em caso de empate entre candidatos, será realizado sorteio público.

8.4 - Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos.

8.5 - Os conselheiros tutelares eleitos serão empossados por ato do Prefeito Municipal para o exercício do mandato de 04 (quatro anos), ao término do qual, ou nos casos previstos em Lei, serão desligados.

8.6- A posse dos escolhidos será feita em 10 de janeiro de 2024, conforme parágrafo 2º artigo 139 Estatuto da Criança e do Adolescente. (ECA).

9 - DA VALIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

9.1 - O processo eleitoral terá validade para o mandato 2024/2027.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2 - As afirmações incorretas ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

10.3 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação dos resultados finais junto ao Mural Público da Prefeitura.

10.4 - Aos casos omissos aplicam-se as disposições da legislação municipal que trata do processo de escolha dos conselheiros tutelares e a eventuais lacunas acerca do processo eleitoral aplicam-se subsidiariamente as regras das eleições gerais, e serão objeto de deliberação pelo Conselho COMDICAPP.

10.5 - Todas as publicações acerca do processo eleitoral e escolha dos Conselheiros Tutelares serão realizadas junto ao Mural Público localizado no prédio da Prefeitura Municipal, e site oficial.

Sala do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ponte Preta/RS, aos 03 dias do mês de abril de 2023.

Amanda Lucilia Barbosa.
Amanda Lucilia Barbosa

Presidente do COMDICAPP